



O ETNOMAPEAMENTO POTIGUARA DAS TERRAS INDÍGENAS DA PARAÍBA: AS POSSÍVEIS ABORDAGENS DE ETNOMAPAS COMO RECURSO DIDÁTICO NA ETNOEDUCAÇÃO¹

Sidnei Felipe da Silva

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia/ Universidade de Brasília
Membro do Grupo de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem e Formação de
Professores em Geografia/ Universidade de Brasília
<prof.sidnei.eageo@gmail.com>

Cristina Maria Costa Leite

Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em
Geografia/ Universidade de Brasília
Líder do Grupo de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem e Formação de Professores
em Geografia/ Universidade de Brasília
<criscostaleite@gmail.com>

Resumo:

O presente artigo visa analisar o ensino de Geografia em terras indígenas Potiguaras e as possibilidades de abordagem da cartografia por meio do etnomapeamento das Terras Indígenas (TIs) Potiguara da Paraíba em escolas estaduais indígenas, que contam com a educação diferenciada ou etnoeducação ou que possuem uma matriz curricular intercultural e bilíngue. Os povos Potiguara estão distribuídos em 32 aldeias situadas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, localizadas no litoral setentrional da Paraíba. Nesse sentido, a produção de etnomapas realizada em conjunto por técnicos da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e representantes da etnia Potiguara, apresenta-se como um poderoso instrumento para a relação ensino/aprendizagem em comunidades tradicionais, tendo como objetivo compreender, através dos etnomapas, a dinâmica de suas terras; além de promover ações e reflexões sobre a luta por demarcação de terra e a (re)afirmação étnica e cultural.

Palavras-chaves: Potiguara; Terras Indígenas; Etnomapeamento.

¹ Artigo submetido em 31/07/2019 e aceito em 04/10/2019

ETNOMAPARIADO POTIGUARA DE LAS TIERRAS INDÍGENAS DE PARAIBA: POSIBLES ENFOQUES DE ETNOMAPAS COMO RECURSO DIDÁCTICO EN ETNOEDUCACIÓN

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo analizar la enseñanza de la Geografía en las tierras indígenas de Potiguara y las posibilidades de acercarse a la cartografía a través de la etnomapping de las tierras indígenas de Potiguara da Paraíba en las escuelas estatales indígenas, que tienen educación o etnoeducación diferenciada o tienen una matriz curricular intercultural y bilingüe. Los pueblos Potiguara se distribuyen en 32 pueblos ubicados en los municipios de Rio Tinto, Marcação y Baía da Traição, ubicados en la costa norte de Paraíba. En este sentido, la producción de ethnomaps realizada conjuntamente por técnicos de FUNAI (National Indian Foundation) y representantes de la etnia Potiguara, se presenta como un poderoso instrumento para la relación de enseñanza / aprendizaje en las comunidades tradicionales, con el objetivo de comprender, a través del ethnomaps, la dinámica de sus tierras; También promueve acciones y reflexiones sobre la lucha por la demarcación de la tierra y la (re) afirmación étnica y cultural.

Palavras-Chaves: Potiguara; Tierras Indígenas; Etnomapariado.

POTIGUARIAN ETHNOMAPPEARING OF THE INDIGENOUS LANDS OF PARAIBA: POSSIBLE APPROACHES TO ETHNOMAPS AS A DIDACTIC RESOURCE IN ETHNO-EDUCATION

Abstract:

The present article aims to analyze the teaching of Geography in Potiguara indigenous lands and the possibilities of approaching cartography through the ethnomapping of the Indigenous Lands (TIs) Potiguara da Paraíba in indigenous state schools, which count on differentiated education or ethnoeducation which has a intercultural and bilingual curricular matrix. The Potiguara peoples are distributed in 32 villages, located in the municipalities of Rio Tinto, Marcação and Baía da Traição, located on the northern coast of Paraíba. In this sense, the production of ethnomaps carried out jointly by technicians from FUNAI (National Indian Foundation) and representatives of the Potiguara ethnic group, presents itself as a powerful instrument for the teaching / learning relationship in traditional communities, aiming to understand through the ethnomaps the dynamics of their lands, as well as promoting actions and reflections on the struggle for land demarcation and ethnic and cultural (re)affirmation.

Keywords: Potiguara; Indigenous Lands; Ethnomapping.

Introdução

A Geografia, em especial quando se trata de ensino de Geografia em Terras Indígenas (TIs), precisa oferecer por meio de suas teorias e práticas as contribuições necessárias aos povos indígenas para uma melhor compreensão do espaço. Esse fator faz-se indispensável, pois estes educandos pertencem em sua maioria a comunidades tradicionais. Portanto, necessitam ser ativos dentro de suas aldeias, pois é de suas ações e reflexões que também perpassam a luta pelas demarcações de suas terras e a (re)afirmação étnica e cultural. Pensando assim, o estudo da Geografia nas TIs deve estar voltado ao local, todavia sem esquecer o global, uma vez que na era da globalização é preciso ser flexível e entender a inter-relação existente no planeta.

Procurando atender à necessidade dos preceitos da diferença e especificidade na educação diferenciada indígena, tendo em vista o estabelecimento de uma valorização étnica e cultural, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) publicou o Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena (RCNEI). Esse referencial está voltado prioritariamente aos professores indígenas e aos técnicos das Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pela implementação de programas educativos junto às comunidades indígenas.

Segundo o RCNEI (1998), os povos indígenas do Brasil vivem em lugares e paisagens diferenciados, construindo seus espaços geográficos. Eles se relacionam com seu espaço e criam um modo de entendê-lo e explicá-lo. É um espaço sagrado, construído em profunda relação entre sociedade e natureza onde a cultura é que define essa construção. “Cada um tem a sua maneira de entender e de se relacionar com a terra, com as águas, com as plantas, com o céu, com a chuva, com o vento, com o sol e com outros povos, outras formas de interpretação do espaço” (RCNEI, 1998, p. 225).

A Geografia permite explicar o mundo por meio do estudo do espaço; levando em conta o que se vê nas paisagens, as belezas naturais e a degradação ambiental, com o que a pessoa se identifica nos lugares, a habitação e os meios de sobrevivência, e o território com as questões referentes a demarcação e a identidade cultural. Durante um curso de formação para professores indígenas do Acre e Sudeste do Amazonas; foram apontados pelo RCNEI algumas falas de professores definindo a Geografia como:

Geografia é onde o rio está. Onde o município está. É para onde vem o sol.
É para onde vai o sol.
Este rio para onde vai?
Geografia e a divisão das águas
É igarapé, igapó, lago, açude, mar
É a medição da terra, a demarcação
É fotografia, desenho, cor, é um mapa
É descobrir e aprender o que tem um mapa.
Geografia é o homem que transforma muitas coisas,
A mata numa cidade, a terra em roçado, a folha em remédio,
A madeira em barco, a macaxeira em farinha (BRASIL, 1998, p. 226).

A Geografia é o modo de vida da aldeia e do mundo, é a natureza, é a luta pela demarcação, é o conhecimento das paisagens e território adquirido pelos seus antepassados, permitindo assim, explicar o mundo por meio do estudo do espaço geográfico (SILVA; RAMOS, 2018).

A cultura de cada povo e de cada sociedade apresentam suas marcas e têm ligações com a possibilidade de que tais sujeitos possuem uma identidade com o lugar onde habitam, no sentido de pertencimento destes lugares. Uma identidade que se dá entre os próprios homens e com o lugar – o território em que estão (CALLAI, 2005).

E para corroborar com nossas afirmativas acerca dos povos indígenas Potiguara, concordamos com o pesquisador Lusival Antonio Barcellos ao afirmar que:

Os Potiguara possuem uma importante riqueza geográfica, histórica, ambiental, ecológica, turística, religiosa e cultural, muito cobiçada por diferentes interesses pessoais e coletivos que desejam fazer desde uma pequena visita, apenas para ver *índios*, até grandes grupos econômicos que utilizam as mais diferentes estratégias para seu enriquecimento (BARCELLOS, 2012, p. 24).

Os nossos escritos versam sobre uma das inúmeras etnias indígenas que compõem mosaico étnico indígena do território brasileiro, os povos indígenas Potiguara, que de acordo com os antropólogos Moonen e Maia (1992), desde o século XVI ocupavam uma grande área do Nordeste brasileiro, uma área do litoral nordestino que compreendia o que conhecemos hoje como o Estado da Paraíba até o Estado do Maranhão.

Atualmente a etnia Potiguara possui a maior população indígena do Nordeste etnográfico e uma das maiores populações do Brasil. Quantitativamente superam o número de mais de 15 mil habitantes, que vivem nas terras indígenas distribuídas em 32 aldeias, em três municípios do litoral norte paraibano: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Conforme indica o mapa de localização das terras indígenas Potiguara da Paraíba abaixo:

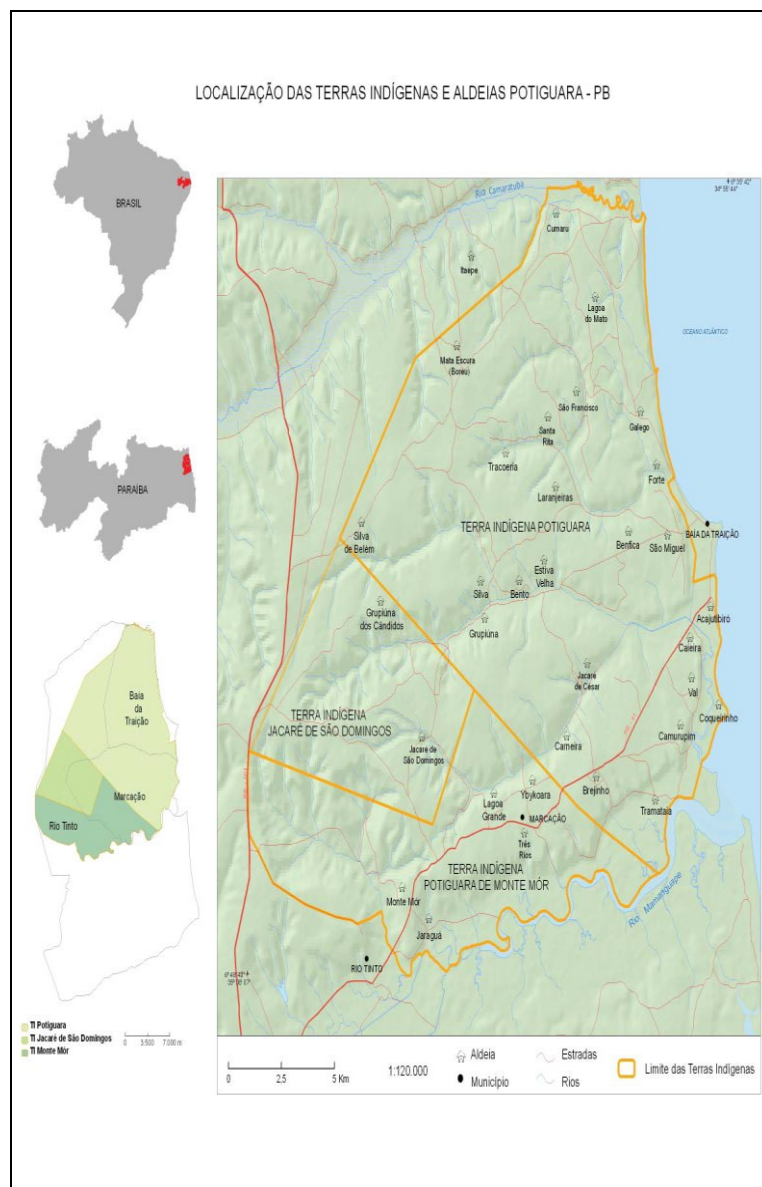


Figura 1 – Localização dos povos indígenas Potiguara da Paraíba.
 Fonte: Cardoso; Guimarães (2012).

A Educação escolar indígena e a Etnoeducação dos povos Potiguara da Paraíba

A princípio devemos elucidar o seguinte questionamento sobre a diferença entre a educação indígena e a educação escolar indígena. A educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores. A educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abre caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuir para a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global. E segundo o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas a educação é “diferenciada porque é concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de

cada povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena” (BRASIL, 1998, p. 25).

De acordo com Kanatyó (2004), é importante relatarmos que a educação escolar indígena é um processo que historicamente está ocorrendo desde os tempos da colonização do Brasil através dos jesuítas, sendo imposta pelos colonizadores. Neste período houve uma miscigenação das culturas, onde parte das culturas indígenas, a espiritualidade e as línguas foram aos poucos adormecidas, porém não foram esquecidas, pois não é fácil desprezar os saberes culturais e a identidade destes povos.

É no século XX, e somente nas últimas décadas, que aconteceram profundas transformações no quadro político brasileiro, com a organização da sociedade civil através de várias entidades entre elas as indígenas e indigenistas que passaram a ter uma participação de maneira ativa na esfera política do país, onde acontecia a luta pelas suas terras e pelo direito de falar a sua língua materna e poder manter viva a sua cultura e identidade. Neste período, os índios conseguiram alcançar algumas conquistas em suas lutas, mas o extermínio e a exploração ainda acontecem nos dias atuais. No entanto, os índios continuam fortes e resistentes na busca de suas identidades étnicas e estratégias consolidadas cada vez mais pelas sociedades indígenas remanescentes. Foi a partir destas lutas e nesse novo contexto de resistência política que a escola indígena aparece para assumir um novo papel frente aos grupos indígenas, passando de instrumento de dominação a instrumento de reafirmação étnica e cultural, fonte de conhecimento da lógica da sociedade envolvente, lançando as bases um diálogo onde os índios se constroem como sujeitos pensantes capazes de reivindicar o que se garante a Constituição Federal (1988) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que garante uma escola bilíngue e diferenciada.

A educação escolar indígena foi homologada conforme rege os artigos 231 e 232 da nossa Carta Magna na área de atuação da educação básica, que se deu pelo plano legal, no qual atendesse as necessidades educacionais desses povos e seus interesses, respeitando seus modos de vida com a comunidade, como eles querem e o tipo de funcionamento das discussões na legislação, diante disso ganhou importância e garantia com:

As definições da Constituição Federal de 1988 relativas aos direitos dos índios consolidaram os avanços alcançados junto ao Estado pelo movimento indígena, que desde a década de 70 se organizava na busca da afirmação dos direitos desses povos no Brasil. Os arts. 231 e 232, respectivamente, “reconhecem aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” e que “suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus interesses” rompendo definitivamente com o paradigma integracionista e a instituição da tutela (BRASIL, 2007, p. 26).

A educação escolar indígena passa a ser um ordenamento político de grande valor para as causas dos povos indígenas. Além da LDBEN nº 9394/96, e da resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE), o direito a uma educação diferenciada, que se encontra garantida na Constituição, também se encontra contemplado no plano nacional pela educação e no projeto de lei de revisão do Estatuto do Índio, ambos discutidos no congresso nacional, aprovados na Constituição, nos artigos 210, 215 e 231, através do Decreto Presidencial nº 26/91 que define o Ministério da Educação (MEC) como o responsável pela proposição da política de educação escolar indígena, passando os Estados e Municípios a serem responsáveis por sua execução sob orientação do MEC (BRASIL, 2007, p. 26).

Foi em 1993, que o MEC resolveu garantir os direitos conquistados na constituição publicando o documento intitulado “A Educação Indígena” elaborado para servir de referência básica aos planos operacionais dos Estados e Municípios em relação à educação

indígena. Este documento retrata a principal mudança quanto ao caráter da legislação brasileira que passa a reconhecer o direito, a diferença e a proteger as organizações sociais, costumes, crenças e tradições próprias das populações indígenas.

Diante desses instrumentos já existentes e pensando em sua forma própria de educação e processo de aprendizagem, estudiosos e militantes da causa indígena desenvolveram o Estatuto da Escola Indígena, que deve, ou pelo menos deveria ser seguido por todas as escolas que trabalham com o público indígena. Segundo o artigo 39, da Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, as escolas indígenas, atendendo a normas e ordenamentos jurídicos próprios e a Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, terão ensino intercultural e bilíngue, com vistas à afirmação e à manutenção da diversidade étnica e linguística, assegurarão a participação da comunidade no seu modelo de edificação, organização e gestão, e deverão contar com materiais didáticos produzidos de acordo com o contexto cultural de cada povo (Parecer CNE/CEB nº 14/99; Resolução CNE/CEB nº 3/99).

Após 30 anos da promulgação de nossa Carta Magna é importante afirmar que o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada e de qualidade, ali inscrito pela primeira vez, encontrou-se respaldado na legislação subsequente. Fica assegurado aos povos indígenas falar as suas línguas maternas e de realizar os seus próprios processos de ensino e aprendizagem na educação escolar, apresentando possibilidades para a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos. As leis subsequentes a Constituição que tratam da educação como a LDBEN e o Plano Nacional de Educação (PNE), abordam o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos. Para contemplar a heterogeneidade de situações e de vivências históricas e culturais dos povos indígenas encontrados no Brasil, atesta o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI):

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma escola que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. Uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, pode inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento a demandas particulares colocadas por estes povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quando respeitadas em suas particularidades (BRASIL, 1998, p.34).

A educação escolar indígena no Brasil, em geral, apresenta-se pautada por experiências fragmentadas e descontínuas, possuindo aparentes desigualdades regionais e desarticulações entre os poderes constituídos. Portanto, há ainda muito que se fazer em relação à universalização da oferta de uma educação escolar diferenciada e de qualidade para os povos indígenas, que contemple os seus interesses, sua autonomia, a garantia de seus direitos, a sua inclusão e participação no atual processo de (re)construção da sociedade brasileira, por fim, uma educação escolar indígena que satisfaça as necessidades básicas de aprendizagem destes povos.

O mais recente dispositivo legal voltado para a educação escolar indígena pode se constituir em um mecanismo de extrema relevância para a realização de uma educação escolar de qualidade direcionada a estes povos, o Decreto 6.861/2009 cria os “Territórios Etnoeducacionais”. Através deste decreto o MEC propõe que se faça uma articulação entre os entes Federativos a partir de uma pactuação que deve ser efetivada em um Plano de Ação. Para o MEC, os governos estaduais e municipais devem elaborar um plano de ação articulado

com vários sujeitos sociais, indígenas, universidades e entidades de apoio, para oferecer a Educação escolar indígena, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades específicas.

Os Potiguara contam com um importante aliado: a Educação Escolar Indígena. Os estabelecimentos de ensino contam com a educação diferenciada ou etnoeducação. Tais escolas são importantes para o movimento de resistência e luta das comunidades indígenas Potiguara, como afirma o professor José Mateus do Nascimento (2012, p. 17):

A educação diferenciada ou educação escolar indígena é uma das bandeiras de luta da etnia Potiguara, pois acreditam que a escola desempenha um papel essencial na formação das novas gerações. Exigem uma política mais definida para a educação indígena, com respeito a construção de um currículo ou proposta pedagógica que considere os aspectos do bilinguismo, do interculturalismo, da religiosidade e tradições da etnia.

A educação escolar indígena Potiguara apresenta um potencial muito grande para o seu estabelecimento e para contemplar o universo cultural desta etnia. Ela é muito rica por sua diversidade de saberes, o que justifica a escola diferenciada ser tão desejada por estes povos, sobretudo por incentivar e reavivar saberes e valores culturais adormecidos pelo processo de aculturação.

O Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba

É necessário estabelecermos um diálogo com as possibilidades e confrontos entre o saber científico e o saber popular que age localmente relacionado a um currículo em movimento, construído em vários anos de discussão e luta dos próprios indígenas Potiguara da Paraíba.

Nesta perspectiva, foi construído um importante instrumento político e educacional que foi um projeto elaborado por técnicos da FUNAI e pelos indígenas que cuidou de mapear as TI's do povo Potiguara da Paraíba. Segundo os especialistas desse órgão, esta ação ocorreu em clima de diálogo, utilizando na construção e elaboração dos mapas uma linguagem popular, facilitando a participação dos indígenas, já que é de extrema relevância o conhecimento e a intervenção deles para a elaboração e conclusão do trabalho.

A temática dos mapas teve como foco principal os impactos e conflitos ambientais, usos atuais das terras e tipos de solos, entre outros. O lançamento dos mapas nas aldeias do povo Potiguara contou com a presença e participação das lideranças locais e dos membros da comunidade, foi também registrada a presença do cacique-geral Potiguara: Sandro Potiguara, dos representantes da FUNAI e da APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santos). Conforme apresentam as imagens abaixo:



Fotografias 1 e 2 – Apresentação dos Etnomapas das TIs do povo Potiguara da Paraíba.
Fonte: Silva (2015).

O referido projeto culminou com a publicação do livro *Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba*, fruto dos estudos sobre os conhecimentos etnoambientais realizado com os Potiguara, no período de agosto de 2010 a agosto de 2011. O estudo foi realizado através de oficinas, caminhadas pelos territórios, conversas e entrevistas em um clima de diálogo intercultural e científico.

Esta pesquisa se enquadra em uma proposta de fomento a gestão territorial em terras indígenas, combinando a dimensão política e de planejamento do território com a dimensão ambiental de ações de etnodesenvolvimento, calcado na valorização da cultura e na segurança alimentar; bem como da proteção do território e conservação dos recursos ambientais.

Para Richter *et al* (2010) podemos e devemos incluir outros elementos que a Cartografia “eurocêntrica” desconsiderou como sendo representações espaciais válidas; por exemplo a presença de contextos míticos, psicológicos e simbólicos ou que tenham um uso prático para uma determinada sociedade e que não atendessem aos modelos científicos estabelecidos e desenvolvidos pela Cartografia europeia.

Dessa maneira, os representantes da etnia Potiguara participaram da elaboração dos etnomapas com o apoio dos técnicos da FUNAI conforme as imagens a seguir:



Fotografias 3 e 4 - Produção dos Etnomapas das TIs do povo Potiguara da Paraíba.
Fonte: Cardoso; Guimarães (2012).

Segundo Andrade (2012), é necessário entender que os espaços territoriais para povos indígenas equivalem a autonomia política, jurídica, de gestão, controle e administração sobre todos os recursos existentes nesses territórios, sejam eles hídricos, agroflorísticos, agrofaunísticos, minerais, dentre outros. A partir desta compreensão, podemos avançar na questão da territorialidade; e com estes avanços os Potiguara exercerão o direito autônomo de gerenciar e administrar seus próprios territórios.

A seguir apresentaremos os mapas elaborados, ou seja, o resultado do etnomapeamento das TIs Potiguaras realizado por técnicos da FUNAI e pelos Potiguaras:

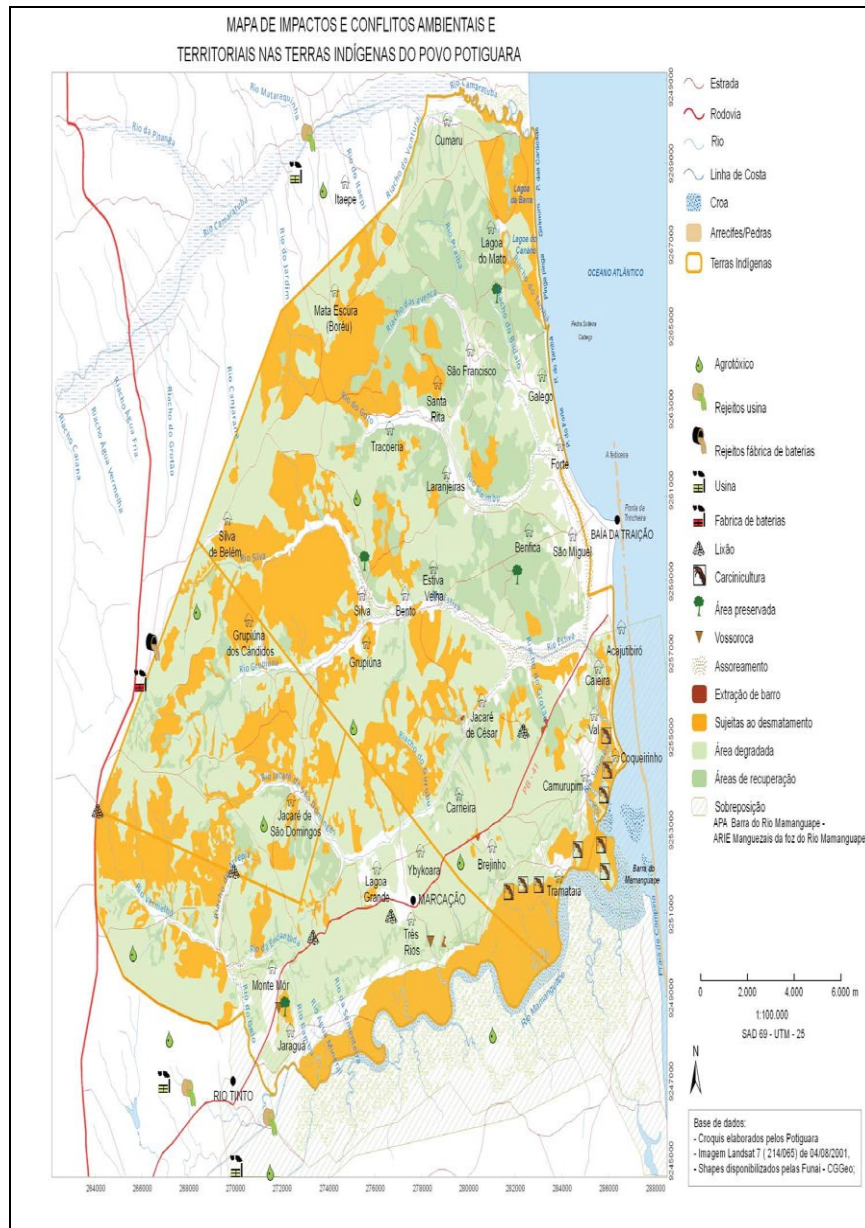


Figura 2 – Impactos e Conflitos Ambientais e Territoriais nas Terras Indígenas do Povo Potiguaras
Fonte: Cardoso; Guimarães (2012).

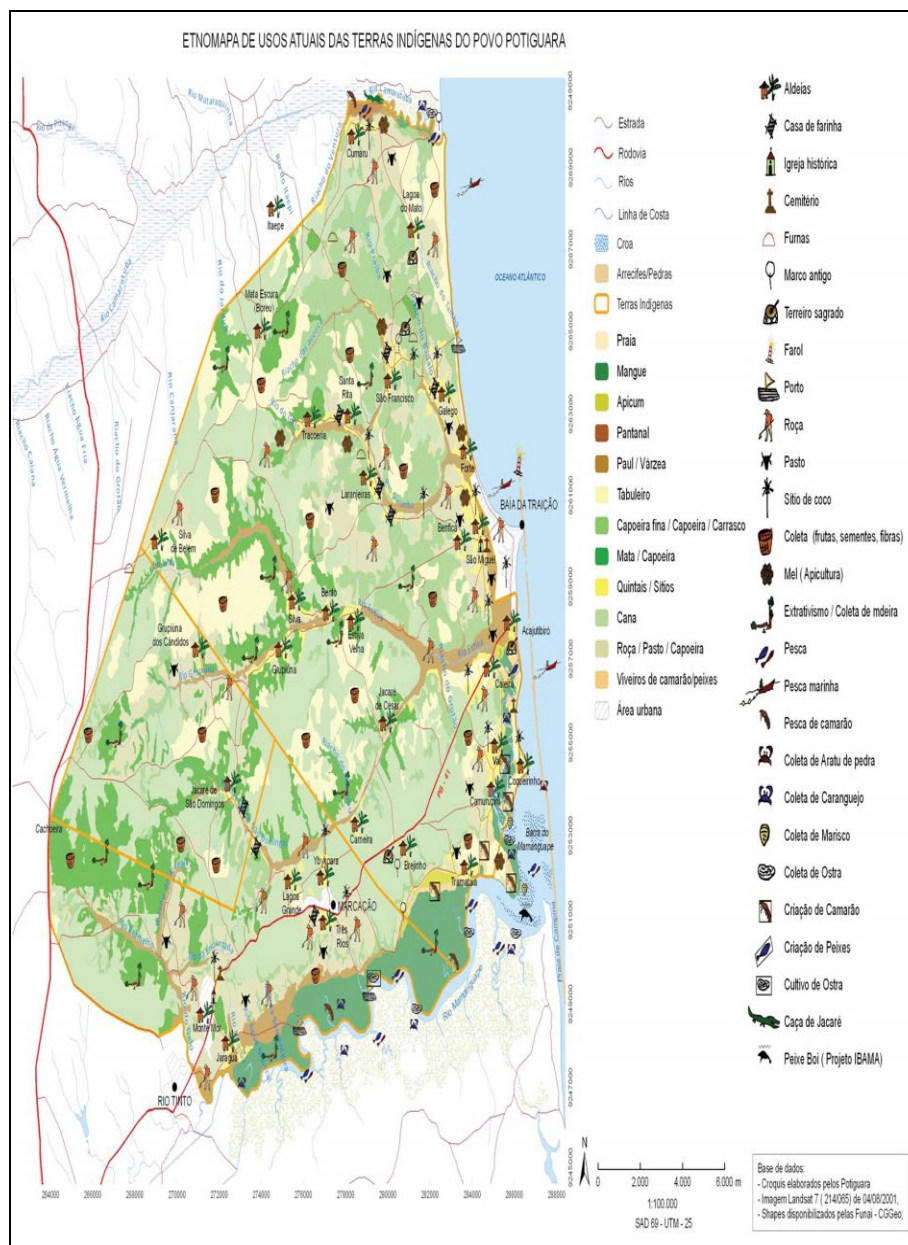


Figura 4 – Etnomapa de Usos Atuais das Terras Indígenas do Povo Potiguara.
 Fonte: Cardoso; Guimarães (2012).

Este trabalho de etnomapeamento das TI's Potiguara deve trazer aspectos positivos para a comunidade indígena e tende a ser objeto de reflexão em outras comunidades indígenas do país porque os mapas tendem a simbolizar o fortalecimento político e sustentável das etnias. Os povos Potiguara podem utilizar esses mapas para localizar os pontos negativos e positivos encontrados em seus territórios, assim poderão realizar atividades que visem recuperar as áreas degradadas e utilizar como referência os indicadores positivos apresentados para a conservação de seus recursos.

A valorização da qualidade de vida promove a emergência da discussão ambiental. Tal aspecto perpassa essa discussão, não só a necessidade de preservação da natureza como recurso, mas também a valorização da natureza como patrimônio, assim como a discussão e proposição das formas de uso e preservação. “Esta temática promove no âmbito científico uma releitura dos conceitos de natureza e sociedade” (SILVA; GALENO, 2004, p. 185).

Na relação natureza e sociedade em terras indígenas, os etnomapas devem ser utilizados nas escolas estaduais indígenas como um recurso didático-pedagógico que auxilie na relação ensino-aprendizagem de forma interdisciplinar possibilitando a abordagem de temas transversais como o meio ambiente.

De acordo com Silva (2015), de maneira geral, o meio ambiente nas terras do povo Potiguara, encontra-se muito afetado pela ação do ser humano. São inúmeros fatores que contribuíram para o agravamento do atual estágio de devastação da vegetação nativa, dentre os quais: a monocultura canavieira que tem provocado o desaparecimento das restingas, das matas de tabuleiros costeiros, o empobrecimento do solo, bem como a extinção gradativa de toda a biodiversidade.

Considerações Finais

As atividades relacionadas com a Cartografia encontram-se, nos dias de hoje, muito próximas das práticas escolares. É difícil não encontrarmos um aluno que não tenha participado, enquanto estudante da Educação Básica e da Educação Escolar Indígena ou Etnoeducação, de atividades escolares tendo estes mapas como recurso didático.

Nos últimos anos, a representação espacial obteve uma significativa inclusão nas propostas pedagógicas, sobretudo no que se refere à Geografia. Esse contexto nos permite esboçar a ideia de que atualmente o uso e a construção desses mapas estão muito próximos do processo de ensino e aprendizagem de Geografia, pelo menos no campo teórico-metodológico (RICHTER; MARIN; DECANINI, 2010).

É nesse sentido que se verifica a necessidade de se conceber e possibilitar as múltiplas abordagens que os mapas étnicos dos povos Potiguara podem contribuir na relação ensino e aprendizagem da Geografia, principalmente para o conhecimento de suas terras nas escolas de educação diferenciada das aldeias indígenas, situadas no litoral setentrional da Paraíba, objetivando estabelecer uma relação que venha a contribuir para a compreensão dos problemas socioambientais situados em seus domínios territoriais.

De acordo com Peluso e Feitosa (2018) A linguagem etnocartográfica nos permite, levantar os problemas ambientais dos indígenas Potiguara na Paraíba setentrional, cuja íntima relação com a natureza se encontra ameaçada pelas usinas de cana-de-açúcar e pela grilagem de terras. Os recursos ambientais necessários para a preservação do território e da cultura indígena foram mapeados por técnicos da FUNAI e pela comunidade potiguara. O resultado do trabalho conjunto foram etnomapas que apresentam a destruição dos biomas nativos e os conflitos ambientais, ao mesmo tempo em que fornecem subsídios para políticas públicas de preservação dos recursos naturais (SILVA, 2018).

Neste sentido, o referido texto procura corroborar com o objeto estudado apresentando possibilidades de conservação e preservação dos recursos naturais e humanos nas terras indígenas Potiguara do litoral setentrional da Paraíba. Assim, precisamos continuar acompanhado o desenrolar das possíveis práticas de ensino de Geografia com a utilização destes etnomapas nas escolas indígenas, pois estes espaços são considerados vitais para o processo de (re)organização e (re)afirmação dos povos Potiguara.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, T. M. (et al). **Povos indígenas da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Grafset, 2012.

BARCELLOS, L. A. **Práticas educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional n. 9.394**, de 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional**

para Escolas Indígenas (RCNEI), Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998 MEC/SEF.

_____. Ministério da Educação e de Desporto. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. **Cadernos SECAD 3** - Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2007.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005

CARDOSO, T. M.; GUIMARÃES, G. C. (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas, n. 2).

MOONEN, F.; MAIA, L. M. **Etnohistória dos índios Potiguara**: ensaios, relatos, documentos. João Pessoa: PR/PB Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1992.

NASCIMENTO, J. M. (Org.). **Etnoeducação potiguara**: pedagogia da existência e das tradições. João Pessoa: Ideia, 2012.

PELUSO, M. L.; FEITOSA, E. A. S. S. (Org.). **Diálogos Contemporâneos em Geografia**. Brasília: Strong Edições, 2018 (E-Book).

KANATYO, Marcos. A dimensão política pedagógica na formação de professores indígenas. In: **Apostila dos cursistas de formação continuada**. João Pessoa, 2004.

RICHTER, D.; MARIN, F. A. D. G.; DECANINI, M. M. S. Ensino de geografia, espaço e linguagem cartográfica. **Mercator**, v. 9, n. 20, set./dez. 2010.

SILVA, A. A. D.; GALENO, A. (Org.). **Geografia, ciência do complexus**: Ensaio Transdisciplinares. Rio Grande do Sul: Sulina, 2004.

SILVA, S. F. **Educação Ambiental em Terras Indígenas Potiguara**: concepções e possibilidades na educação de jovens e adultos nas escolas estaduais indígenas do município de Rio Tinto-PB. Saarbrücken, Deutschland: OmniScripitium GmbH & CO. KG, 2015.

SILVA, S. F. Paraíba Potiguara: território, questões ambientais e etnomapeamento. In: PELUSO, M. L.; FEITOSA, E. A. S. S. (Orgs.). **Diálogos Contemporâneos em Geografia**. Brasília: Strong Edições, 2018 (E-Book).

SILVA, S. F.; RAMOS, L. S. **O “Toré” e o ensino de Geografia** – as músicas indígenas na etnoeducação Potiguara da Paraíba. *Itinerarius Reflectionis*, Goiânia, v. 14, n. 2, 2018.